

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: INDUSTRIAL SALES & KADOURA LTDA.			
Empreendimento: Industrial Sales & Kadoura Ltda.			
Atividade: Lavanderia Industrial.			
CNPJ: 21.504.683/0001-94			
Endereço: Rua Ari Teixeira da Costa, 390 – Várzea Alegre.			
Município: Ribeirão das Neves/MG			
Referência: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3.104/2005			
			Infração: Gravíssima

A empresa Industrial Sales & Kadoura tinha como atividade o corte de peças de vestuário e lavagem industrial das peças confeccionadas por terceiros, cerca de 400 a 500 diariamente, sendo empregados 41 pessoas que trabalham em turno único (7:12 às 17h) de segunda a sexta-feira.

Em 29-7-2005 foi realizada vistoria com o objetivo de retomar o acompanhamento do processo do empreendimento, quando foi constatado que operava em situação irregular devido à ausência da Licença de Operação e havia lançamento de efluentes líquidos industriais e sanitários sem tratamento prévio na rede pública de esgotamento sanitário.

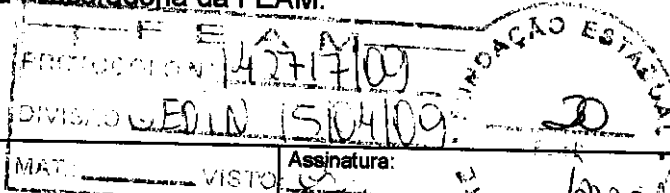
Em vista disto, foi lavrado o Auto de Infração Nº 3104/2005 por "operar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação emitida pela Câmara de Atividades Industriais do COPAM, sendo constatada na ocasião da vistoria a existência de poluição ou degradação ambiental", infração tipificada como gravíssima.

A empresa não apresentou defesa, assim, em 13-12-2006, foi aplicada a penalidade de multa, no valor de R\$ 26.603,56 pelo COPAM, conforme Parecer Jurídico.

Em 25-1-2007 protocolou o Pedido de Reconsideração da penalidade aplicada alegando que "ao receber o Auto de Infração Nº 3104/2005, datado de 2 de Agosto do mesmo ano, a ora requerente, que já se encontrava em situação pré-falimentar, e ante a impossibilidade de investimentos para atendimento ao necessário licenciamento, paralisou de imediato a sua produção, tendo, inclusive, no final do ano de 2005 conforme declaração firmada nesse sentido, feito encerrar definitivamente suas atividades no final do mesmo ano de 2005".

Alega que, por esse motivo a empresa não buscou o licenciamento, pois devido ao encerramento das atividades não mais se fazia necessário. Convém mencionar que em vistoria posterior ao empreendimento, 12-9-2006, atendendo à requisição do Ministério Público foi informado o fechamento da Salles & Kadoura por terceiros, não sendo possível o acesso da fiscalização às instalações industriais.

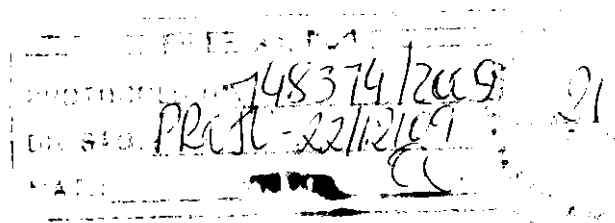
A despeito disso, em seu Pedido de Reconsideração ao Auto de Infração Nº 3104/2005, as alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não apresentaram nenhum fato que descaracterize a infração cometida. Sugere-se, portanto, a manutenção da penalidade prevista na Legislação vigente, ouvida a Procuradoria da FEAM.



Autores: Liliana Adriana Nappi Mateus – MASP 1.156.189-1 André Caram G. Gomes – Estagiário	Assinatura: <i>[assinatura]</i> Data: 14/02/09
De Acordo: Liliana Adriana Nappi Mateus – MASP 1156189-1 Gerente de Desenvolvimento e Apoio Técnico às Atividades Industriais – GEDIN	Assinatura: <i>[assinatura]</i> Data: 14/02/09
Visto: Paulo Eduardo Fernandes de Almeida Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento – DPED	Assinatura: <i>[assinatura]</i> Data: 15/05/09

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



PARECER JURÍDICO

Autuado: Industrial Salles & Kadoura Ltda.	
Processo nº 00055/1988/001/2005	
Referência: Auto de Infração nº 3104/2005 (Pedido de Reconsideração)	
Tipo de infração: gravíssima	Porte: médio

I - RELATÓRIO

A empresa supra citada foi autuada pela FEAM em 08/09/2005, nos termos do art. 19, § 3º, itens 1 do Decreto Estadual nº. 39.424, de 05 de fevereiro de 1998, com as alterações do Decreto Estadual nº. 43.127, de 27 de dezembro de 2002, *in verbis*:

"Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;"

A autuada foi regularmente notificada do Julgamento do Auto de Infração, através do OFÍCIO COPAM/ FEAM/ DICOF Nº. 1111/2006, encaminhado através carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR), consoante de depreende de fls. 11-14 dos autos, contendo a seguinte decisão:

"aplicar a penalidade de multa, no valor de R\$26.603,56 ao empreendimento, com base no Auto de Infração n.º 3104/2005, por 'operar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação;"

Ciente da decisão, a Autuada, protocolou tempestivamente o seu Pedido de Reconsideração, nos termos do art. 32, III, do Decreto Estadual nº. 39.424, de 05 de fevereiro de 1998, com as alterações do Decreto Estadual nº. 43.127, de 27 de dezembro de 2002, alegando em síntese que:

- ✓ .Ao receber o Auto de Infração datado de 02/08//2005 a requerente já se encontrava em situação pré-falimentar e ante a impossibilidade de investimentos para atendimento ao necessário licenciamento, paralisou de imediato a sua produção, encerrando definitivamente suas atividades no

final do mesmo ano e que por esse motivo não buscou o licenciamento ambiental junto à FEAM.

- ✓ Pede a Reconsideração da penalidade aplicada pela Câmara Especializada.

II - ANÁLISE JURÍDICA

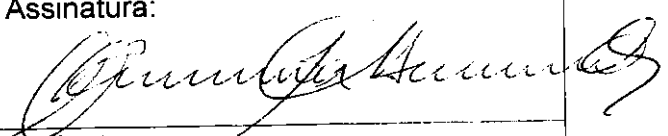
Sob o aspecto jurídico, o Pedido de Reconsideração não apresentou nenhuma tese ou fundamentação capaz de desconstituir ou descaracterizar a infração cometida e capitulada no Auto de Infração, tampouco para revogar a decisão proferida pela Presidência da FEAM.

III - CONCLUSÃO

Apresentados os aspectos de maior relevância, recomenda-se a remessa dos autos à URC Rio das Velhas, sugerindo-se o indeferimento do Pedido de Reconsideração, com a manutenção da penalidade aplicada anteriormente, porém, reduzindo-se o valor da penalidade de R\$ 26.603,56 para R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais), nos termos do art. 83 c/c 96 do Decreto 44.844/08.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2009.

Autora: Thaís Pimenta Moreira Consultora Jurídica OAB/MG 91.196	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador - Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 